

Emendas desequilibram contas

por Marta Salomon
de Brasília

O presidente eleito, Fernando Collor de Mello, deverá herdar uma conta de NCz\$ 15,4 bilhões a ser paga nos seus primeiros nove meses de mandato para financiar projetos que os parlamentares incluíram no Orçamento da União. O presidente José Sarney não deverá vetar a chamada programação especial, que reúne a maior parte das emendas dos parlamentares, informou ontem o chefe do Gabinete Civil, Luis Roberto Ponte. "O presidente não está querendo enfrentar confrontos desnecessários com o Congresso", explicou o ministro.

Junto com a sanção do orçamento, o presidente José Sarney terá que baixar um decreto cortando NCz\$ 20 bilhões das despesas previstas. O corte vai atingir projetos que tinham suas despesas condicionadas a medidas fiscais rejeitadas pelo Congresso: os parlamentares mantiveram incentivos fiscais para a informática e adiaram a

taxação das grandes fortunas. Alguns projetos condicionados tiveram suas dotações para 1990 reduzidas a NCz\$ 25 mil, 5% da previsão inicial, informou a Secretária de Orçamentos e Finanças (SOF).

Segundo Luis Roberto Ponte, o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, vai recomendar o veto à programação especial e ao dispositivo que permite aos estados de São Paulo, Minas Gerais e do Rio Grande do Sul compensarem NCz\$ 5,4 bilhões da dívida com a União.

Luis Roberto Ponte informou que o governo deverá recorrer ao Congresso em busca de mais dinheiro a partir de fevereiro. A lei de diretrizes orçamentárias limita em aproximadamente NCz\$ 449 bilhões os gastos do atual governo até o final do mandato. Mesmo corrigido mensalmente, o valor não seria suficiente para o pagamento do funcionalismo público em fevereiro, disse Ponte. O Congresso, no entanto, já abriu uma exceção, pre-

viendo que o pagamento de pessoal até 15 de março ultrapasse o limite legal de um sétimo da dotação.

O Congresso Nacional já se prepara para rever o orçamento. O presidente eleito tem até 31 de julho para enviar ao Congresso uma nova proposta orçamentária ajustada ao seu programa de governo.

"O orçamento proposto pelo presidente José Sarney reflete uma nação em concordata, sem poder de investimento", avalia o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Cid Cavalho. "Ele foi feito no final da festa e limita a implementação do programa de governo do presidente eleito", acrescentou.

Cid Carvalho espera, no entanto, que o novo governo mantenha os projetos que os parlamentares incluíram no orçamento. Se mantida, a programação especial vai engordar o orçamento do futuro Ministério da Infra-Estrutura e financiar principalmente a construção de estradas e projetos de eletrificação. O valor total do orçamento foi corrigido para NCz\$ 3,146 trilhões.